



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

Versão revisada do PLO nº 124/19, Processo nº 229.630, conforme disposto no § 8º do art. 125 do Regimento Interno. Este texto vale, para todos os efeitos de tramitação, como a redação oficial do projeto, em substituição ao texto originalmente protocolado.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 124/19

Altera o § 2º e acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 16-A da Lei nº 11.111, de 26 de dezembro de 2001, que “dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e dá outras providências”.

Art. 1º Fica alterado o § 2º e ficam acrescentados §§ 3º e 4º ao art. 16-A da Lei nº 11.111, de 26 de dezembro de 2001, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16-A

§ 1º

§ 2º Verificando que o valor constante da Planta Genérica de Valores é superior ao valor venal unitário do metro quadrado de terreno, a autoridade competente deverá, por decisão fundamentada, alterar o valor lançado para o respectivo imóvel, providenciando as anotações no sistema para fins do disposto no **caput** e no § 1º deste artigo.

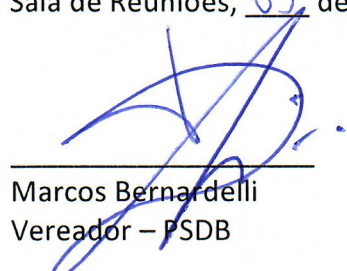
§ 3º Considera-se valor venal unitário do metro quadrado de terreno o preço de venda à vista, em condições normais de mercado, para o metro quadrado do mesmo imóvel.

§ 4º A decisão de que trata o § 2º deste artigo deve ser amparada por laudos técnicos apresentados pelo contribuinte, firmados por profissionais devidamente vinculados aos respectivos conselhos de classe competentes, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e o Conselho Regional de Corretores de Imóveis – Creci, e conferidos pela Coordenadoria de Avaliação Imobiliária ou área de competência equivalente.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões, 03 de junho de 2019.



Marcos Bernardelli
Vereador – PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br



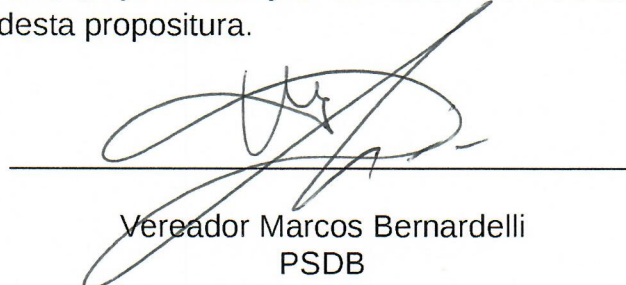
JUSTIFICATIVA

Dentro do espírito de justiça tributária, especialmente no que tange ao IPTU, o presente projeto visa adequar a Lei vigente para simplificar e possibilitar as revisões dos lançamentos realizados por planta genérica de valores que, eventualmente, estejam superestimando o valor da base de cálculo do imposto.

Isso torna mais clara e objetiva a norma de regência, hoje restrita às particularidades do caso concreto, como forma extravagante, conformação topográfica desfavorável, fenômenos geológico-geotécnicos adversos ou sujeitos a inundações periódicas ou causas semelhantes e contaminação, atestadas pelos órgãos competentes.

Nesse sentido, com a nova redação e inclusão dos referidos dispositivos, possibilita-se que o contribuinte contribua com o aperfeiçoamento da administração tributária municipal, corrigindo de maneira célere e simplificada as eventuais distorções no lançamento da referida exação.

Isto posto, peço a atenção de todos os nobres Vereadores para o acolhimento desta propositura.



Vereador Marcos Bernardelli
PSDB